



## SPTRANS

### *Técnico de Enfermagem do Trabalho*

## LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários). .....	1
Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras. ....	4
Pontuação. ....	5
Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. ....	10
Concordância verbal e nominal. ....	21
Regência verbal e nominal. ....	23
Colocação pronominal. ....	25
Crase. ....	27
Exercícios. ....	28

## MATEMÁTICA

Resolução de situações-problema, envolvendo: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação ou radiciação com números racionais, nas suas representações fracionária ou decimal. ....	1
Mínimo múltiplo comum; Máximo divisor comum. ....	3
Porcentagem. ....	6
Razão e proporção. ....	7
Regra de três simples ou composta. ....	11
Equações do 1º ou do 2º grau. ....	12
Sistema de equações do 1º grau; ....	19
Grandezas e medidas – quantidade, tempo, comprimento, superfície, capacidade e massa. ....	21
Relação entre grandezas – tabela ou gráfico. ....	24
Tratamento da informação – média aritmética simples. ....	29
Noções de Geometria – forma, ângulos, área, perímetro, volume, Teoremas de Pitágoras ou de Tales. ....	30
Exercícios. ....	43
Gabarito. ....	50

# SUMÁRIO



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Introdução à segurança, higiene e medicina do trabalho.....	1
Relações humanas no trabalho.....	2
Assistência da enfermagem em urgências, emergências .....	7
acidentes do trabalho. ....	35
Noções de fisiologia no trabalho. ....	36
Noções de epidemiologia .....	37
Noções de doenças ocupacionais e do trabalho.....	38
Organização de serviços de higiene e medicina do trabalho na empresa .....	39
Noções de imunizações: aspectos preventivos.....	41
conservação, vias de administração, dosagem etc.....	44
Sinais vitais: temperatura, pulso, respiração e pressão Arterial.....	58
Conhecimento das NRs: 01, 04, 05, 06, 07, 09, 10, 15, 16, 17 e 32, conceitos de organização de arquivos e métodos de acesso .....	63
Conhecimento da rotina dos exames ocupacionais e complementares previstos na NR 07.....	146
Conhecimento do e-Social, dos eventos relacionados à medicina e segurança do trabalho.....	147
Código de Ética da Enfermagem.....	148
Exercícios.....	158
Gabarito.....	164

## LEGISLAÇÃO

Regulamentação do Sistema de Transporte – Lei Municipal 13.241/2001 .....	1
Lei das Estatais (Lei Federal nº. 13.303/2016) .....	11
Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) .....	42
Lei de acesso à informação (Lei Federal nº 12.527/2011 e Decreto Municipal nº 53.623/2012) .....	65
Lei Orgânica do Município de São Paulo: Capítulo do Planejamento.....	94
Exercícios.....	96
Gabarito.....	99

# SUMÁRIO



### Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

### Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

### Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

### Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015  
Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.



### Múltiplos

Um número é múltiplo de outro quando ao dividirmos o primeiro pelo segundo, o resto é zero.

#### Exemplo

$$10 \div 2 = 5$$

$$12 \div 3 = 4$$

O conjunto de múltiplos de um número natural não-nulo é infinito e podemos consegui-lo multiplicando-se o número dado por todos os números naturais.

$$M(3) = \{0, 3, 6, 9, 12, \dots\}$$

### Divisores

Os números 12 e 15 são múltiplos de 3, portanto 3 é divisor de 12 e 15.

$$D(12) = \{1, 2, 3, 4, 6, 12\}$$

$$D(15) = \{1, 3, 5, 15\}$$

#### Observações:

- Todo número natural é múltiplo de si mesmo.
- Todo número natural é múltiplo de 1.
- Todo número natural, diferente de zero, tem infinitos múltiplos.
- O zero é múltiplo de qualquer número natural.

### Máximo Divisor Comum

O máximo divisor comum de dois ou mais números naturais não-nulos é o maior dos divisores comuns desses números.

Para calcular o m.d.c de dois ou mais números, devemos seguir as etapas:

- Decompor o número em fatores primos
- Tomar o fatores comuns com o menor expoente
- Multiplicar os fatores entre si.

#### Exemplo:

15	3	24	2
5	5	12	2
1		6	2
		3	3
		1	

15 = 3.5		24 = 2 <sup>3</sup> .3
----------	--	------------------------

O fator comum é o 3 e o 1 é o menor expoente.

m.d.c

$$(15, 24) = 3$$

### Mínimo Múltiplo Comum



## Conhecimentos Específicos

Integra um conjunto de metodologias não médicas necessárias à prevenção das doenças profissionais, tendo como principal campo de ação o controlo dos agentes físicos, químicos e biológicos presentes nos componentes materiais do trabalho. Assenta fundamentalmente em técnicas e medidas que incidem sobre o ambiente de trabalho.

Higiene do trabalho é uma ciência que visa proteger a integridade e a saúde dos profissionais durante o exercício das suas funções em uma empresa.

Segundo as diretrizes da ACGIH, American Conference of Governmental Industrial Hygienists, em português, Conferência Americana de Higienistas Industriais Governamentais, a higiene no ambiente de trabalho deve ser dividida em três etapas:

reconhecimento;

avaliação;

controle.

Reconhecimento

Na fase do reconhecimento, os profissionais responsáveis por esse setor devem procurar, por toda a companhia, agentes que podem causar prejuízos à saúde dos trabalhadores, por exemplo, gases, poeira, fluidos, entre outros.

Avaliação

Na segunda etapa, a de avaliação, devem ser realizados testes quantitativos e qualitativos com o objetivo de identificar o perfil dos agentes identificados anteriormente, que podem ser físicos, químicos e biológicos.

Controle

Por fim, a fase de controle da higiene ocupacional consiste em, com base nos resultados da avaliação, adotar medidas que ajudem a minimizar, ou mesmo eliminar, os riscos encontrados.

Como promover a higiene no local de trabalho?

A promoção da higiene no local de trabalho é, assim como a garantia de segurança, uma forma de zelar pela saúde física, mental e emocional dos trabalhadores.

Prestar serviço em ambientes insalubres, sujos e/ou em contato com substâncias que podem provocar doenças, afeta o bem-estar e a qualidade de vida dos colaboradores dentro e fora da empresa.

Vale destacar que funcionários acometidos por doenças tendem a se afastar das suas atividades laborais. Situações como essa podem afetar seriamente o dia a dia dessas pessoas e, por vezes, a rotina da família e até a parte financeira.

No entanto, os gestores precisam ter em mente que esses afastamentos também impactam negativamente no fluxo de trabalho e até a atuação dos outros profissionais que seguem suas atividades.

Apenas para ilustrar essa percepção, quando se tem um funcionário afastado é preciso que outro cubra a sua ausência. Quando isso acontece, quem continua trabalhando pode se sentir sobrecarregado e, consequentemente, insatisfeito.

Como resultado, pode haver perda da qualidade do que está sendo entregue, o não cumprimento de prazos e até mesmo atritos com líderes e colegas.

Além dessas questões, há também a parte financeira, visto que não raras vezes a empresa precisa pagar horas extras para o colaborador que está suprimindo a ausência de quem está em afastamento médico.

Um meio de evitar todos esses problemas é adotando boas práticas de higiene no trabalho. Alguns bons exemplos são:



## **LEI Nº 13.241, 12 DE DEZEMBRO DE 2001**

(Projeto de Lei nº 539/2001, do Executivo)

*Dispõe sobre a organização dos serviços do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na Cidade de São Paulo, autoriza o Poder Público a delegar a sua execução, e dá outras providências.*

MARTA SUPLICY, Prefeita do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 05 de dezembro de 2001, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

### **CAPÍTULO I**

#### **DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Art. 1º - Os serviços do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na Cidade de São Paulo serão prestados sob os regimes público e privado.

§1º - O Transporte Coletivo Público de Passageiros é serviço público essencial, cuja organização e prestação competem ao Município, conforme disposto no artigo 30, inciso V, da Constituição Federal e no artigo 172 da Lei Orgânica do Município de São Paulo.

§2º - O Transporte Coletivo Privado, destinado ao atendimento de segmento específico e pré-determinado da população, inclusive de escolares e de fretamento, está sujeito à regulamentação e à prévia autorização do Poder Público, conforme disposto no artigo 179, inciso II, da Lei Orgânica do Município de São Paulo.

### **CAPÍTULO II**

#### **DA ORGANIZAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO PÚBLICO DE PASSAGEIROS**

Art. 2º - O Transporte Coletivo de Passageiros no Município de São Paulo fica organizado da seguinte forma, respeitadas o Plano Diretor da Cidade e a Lei Orgânica do Município:

I - Sistema Integrado composto por:

a) Subsistema Estrutural: conjunto de linhas de Transporte Coletivo Público de Passageiros que atendem a demandas elevadas e integram as diversas regiões da cidade;

b) Subsistema Local: conjunto de linhas de Transporte Coletivo Público de Passageiros que atendem a demandas internas de uma mesma região e alimentam o Subsistema Estrutural.

II - Serviços Complementares: serviços de Transporte Público de caráter especial, com tarifa diferenciada, que serão prestados por operadores ou terceiros, de acordo com as disposições regulamentares editadas pela Secretaria Municipal de Transportes:

a) no caso dos serviços complementares serem oferecidos aos mesmos usuários do Sistema Integrado, esta oferta será limitada a um percentual definido por decreto editado pelo Poder Público;

b) o prestador de serviço complementar deve aportar ao Poder Público um valor igual à remuneração fixada para o subsistema local por passageiro transportado.

Parágrafo único - As linhas metroviárias e ferroviárias metropolitanas são funcionalmente consideradas como parte do Subsistema Estrutural.

Art. 3º - Para a consecução das competências previstas no artigo 172 da Lei Orgânica do Município, o Poder Público deverá observar as seguintes diretrizes:

I - planejar o funcionamento do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, com a finalidade de evitar a concorrência entre os regimes de prestação do serviço;

II - universalidade de atendimento, respeitadas os direitos e obrigações dos usuários;